

## **Teoria das competências: construção e desconstrução do discurso na formação de professores**

Competence theory: construction and deconstruction of discourse in teacher education

Teoría de la competencia: construcción y deconstrucción del discurso en la formación del profesorado

**Cristiane Bevilaqua Mota** - Faculdade de Ensino Superior Santa Bárbara | Coordenadora do NICEA (Coordenação / Docência) | Tatuí | SP | Brasil. E-mail: [crisbevilaqua@yahoo.com.br](mailto:crisbevilaqua@yahoo.com.br) |



BARBACELI, Juliana Trindade. **Teoria das competências**: construção e desconstrução do discurso na formação de professores. Curitiba: Appris, Edição do Kindle, 2020.

A obra se propôs a discorrer sobre a formação de professores por meio da profissionalização docente e da identidade do educador. Comentou sobre o desenvolvimento de competências associando a tríade: modelos idealizados; novos papéis docentes; e a formação com o desenvolvimento de competências. A autora iniciou a escrita se posicionando contra o uso de competências na educação pelo fato de reproduzir o neoliberalismo. Em seguida, definiu competência como: “[...] à capacidade de julgamento ou de realização de uma determinada atividade. [...] são aspectos ligados a teorias específicas. Identificam assim, [...] habilidades específicas que, de acordo com as teorias citadas, devem ser desenvolvidas pela educação” (p. 216).

No primeiro capítulo, a autora descreveu as competências em um contexto neoliberalista, munindo-se de documentos nacionais e internacionais quanto as regulamentações educativas. Fez um relato sobre a origem histórica do conceito e de como foi transposto para a educação.

Descreveu que o papel docente algumas vezes fica em segundo plano, pois, devido à falta de colocação no mercado de trabalho, algumas pessoas optam pela carreira acadêmica.

Depois, a autora passou a descrever sobre a introdução do neoliberalismo na história e as consequências de tal adesão, tais como: a desigualdade econômica; as fragilidades nas leis trabalhistas; a competitividade; o individualismo; e a expectativa sobre a eficiência. Para posteriormente comparar essas características ao ensino por competências.

Comentou que a inserção do conceito na educação brasileira modificou o papel educacional por causa das constantes atualizações e ressignificações, e que, devido à quantidade de termos nos documentos oficiais brasileiros, isso dificultou a definição conceitual de competência. Ela, então questionou: se existem fragilidades quanto à definição do conceito de competência, como seria possível potencializar algo indefinido ou que não está claro?

E se por outro lado caracterizou as competências como flexíveis, individuais e úteis, em contrapartida retomou os problemas como: o aumento do utilitarismo; a diminuição das problematizações, das críticas e reflexões; e a supervalorização do conhecimento promovendo a meritocracia e a competitividade no ensino.

Quanto ao capítulo dois, descreveu as transformações sociais promovidas pelo Estado Democrático, associando-as ao contexto das reformas educacionais ocorridas a partir de 1990. A descrição foi realizada listando e comentando leis, pareceres e diretrizes curriculares. Depois, fez apontamentos sobre a influência das instituições internacionais, como: o Banco Mundial; a Organização Internacional do Trabalho – OIT; a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE; e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, uma vez que, nas reformas educacionais brasileiras, essas parcerias resultaram na deterioração da educação.

Embora a autora admita que tais interações trouxeram benefícios como autonomia escolar, gestão escolar independente e contextual e maior participação social, ela também comentou que a implementação de avaliações nacionais como ENEM, SAEB e ENADE apenas controlaram as instituições para regulá-las e para produzirem alunos, no sentido de que os alunos seriam os produtos. Mas depois comentou que à medida em que as avaliações forem questionadas pela ciência, provavelmente serão estabelecidos novos critérios e práticas avaliativas.

No capítulo três, a autora reuniu alguns comentários sobre a formação do professorado por competências e como sendo uma iniciativa generalista/neoliberalista, e, portanto, isso

reforçaria a aquisição de competência específicas. Depois, tratou do histórico de profissionalização docente no Brasil discorrendo sobre como hoje chegou-se ao que a autora classificou como professor gestor e professor reflexivo.

Comentou sobre as transformações da imagem do professor ao longo do contexto educacional brasileiro e como as constantes redefinições nesse papel afetaram a identidade docente. Como por exemplo, o papel de desenvolvedor e autodesenvolvedor de competências por imposição política, o que afetou a identidade do professor por causa de uma profissionalização da qual se esperava produção, eficiência, empreendimentos e resultados, ou seja, a transferência da responsabilidade do Estado para o professor. Assim, as competências passariam a ser medidas da educação e o resultado seria tecnicismo, neutralidade e apoliticidade.

No capítulo quatro, descreveu os desafios da educação no Brasil devido às reformas nas políticas educacionais, trazendo a figura do professor como um proletariado, e, por ser influenciado por políticas internacionais, isso resultou no aumento das tarefas atribuídas e no desconforto por conta de avaliações vinculadas a benefícios e financiamentos, o que também afetou, de modo negativo, a classe docente e alimentou a desigualdade entre os alunos.

Depois, apontou como solução para essa problemática a Escola sem Partido, para manter a neutralidade e desvincular a escola da política; mais adiante explicou a ideia, comentando que, caso algum docente seja considerado doutrinador na comunidade escolar, esse pode ser denunciado, uma vez que atualmente os professores são frequentemente vigiados.

Dando sequência, no capítulo cinco, a autora discorreu sobre o desenvolvimento humano dentro da integralidade por intermédio de uma abordagem teórica, com foco nas questões psicológicas e histórico-culturais. Fundamentou-se em Vygotsky (1896-1934), Leontiev (1903-1977) e Luria (1902-1979) para argumentar que o desenvolvimento humano ocorre a partir de situações concretas, e que se adapta às condições sociais por intermédio da apropriação e da objetivação associadas ao sentido, uma vez que as ações da humanidade estão atreladas às percepções, aos signos, às reflexões e ao uso dos recursos disponíveis (objetos).

Então, passou a descrever a constituição dos sentidos pessoais associada às interações até chegar às representações; aos valores; ao *modus operandi*; aos conceitos e às normas comportamentais. Argumentou que a educação é basilar no processo de humanização, pois faz uma ponte entre a humanidade e a cultura - ou ao que denominou de: saber não cotidiano (sistematizado); e ao saber cotidiano para formação do ser humano de forma íntegra.

Também descreveu que o planejamento e as atividades escolares trazem experiências. No entanto, a promoção das competências individuais no ensino estaria ignorando ou desmerecendo esse processo, pois as competências desejáveis do professor nem sempre seriam claras, e os conhecimentos constituintes de um ser humano seriam excluídos como competências pelo fato de não apresentarem valor econômico. Comentou que a OCDE trouxe propostas que prejudicariam a formação docente por relativizar ações e por responsabilizar individualmente as instituições pelos resultados acadêmicos, evitando uma análise crítica. Como solução, a autora propôs a elaboração de políticas públicas abertas ao diálogo coletivo.

No capítulo seis, a autora se aprofundou na formação docente apontando algumas alternativas para uma formação mais democrática, baseando-se na teoria da atividade. Partiu do pressuposto de que os problemas na formação docente baseada em competências estão vinculados à falta de proposta humanizante e que, por se tratar de ações específicas e individualizantes, isso resultaria em discursos políticos aglutinados e propostas conflituosas caso fossem comparadas as propostas das diretrizes internacionais. Além de diminuir a autonomia docente em detrimento do uso de técnicas abandonando a razão e expondo as incompetências, para posteriormente os órgãos reguladores intervirem com o uso de material de ensino padronizado e com corte de gastos para maior produtividade, ocasionado a desprofissionalização docente, a repetição e reprodução de conteúdo para demonstração em avaliações nacionais e internacionais.

A autora ainda ressaltou que o desenvolvimento de competências pode revelar uma formação insuficiente, fazendo com que os docentes adentrem para um ciclo infinito de certificações para solucionar uma formação precária. Então, voltou a discutir sobre algumas alternativas, por exemplo: a Escola sem Partido, a ressignificação docente, a reflexão sobre as práticas educacionais e o desenvolvimento pessoal.

A partir do capítulo sete apresentou alguns pressupostos para promover o desenvolvimento humano em sua integralidade trabalhando a autonomia formativa, partindo de temáticas como ética, meio ambiente, orientação sexual, saúde, trabalho, consumismo e a diversidade cultural.

Comentou que, embora os temas transversais tenham sido inclusos no currículo escolar, ela os considerou obstáculos por terem perdido as características orientativas de debate, controlarem os discursos e os conhecimentos. Neste caso, sugeriu que os professores trabalhem

com atividades escolares a partir de temas transversais, pois assim promoveriam o desenvolvimento da reflexão para formação do ser humano integral, e com maior aproximação entre as escolas e os cursos de licenciatura. Ainda sugeriu outras ações, como: grupos de estudo; observação, aproximação, extensão e projetos.

Depois comentou sobre a importância do diálogo entre a escola e a comunidade para abordar temas transversais e criar estratégias de ensino, com o objetivo de gerar comprometimento no exercício de uma educação democrática, participativa e na partilha de pontos de vista.

No último capítulo, a autora lembrou os conceitos anteriores e sugeriu alternativas para trabalhar as competências no contexto pedagógico. Ressaltou que, para uma melhor formação docente, é preciso haver melhoria da educação como um todo, sem disputas ideológicas ou em nome de conseguir reformas educacionais. E que as instituições de ensino dificultam a adesão às reformas por aderirem apenas fragmentos das propostas. Entretanto, isso impossibilitaria que as políticas públicas fossem aplicadas de modo efetivo conforme planejada, e isso provocaria desequilíbrio na educação.

Para a autora a profissionalização docente é algo que tende a perder força à medida em que for avaliada conforme a produção e o custo-benefício, a menos que seja demonstrada por meio do desenvolvimento de competências especificamente catalogadas via certificações denominadas de capacitações e/ou formação continuada.

Além do mais, a autora comentou sobre questões como atualização salarial, plano de carreira, promoção por desempenho individual, eficiência e formação docente. Com isso, vê como possíveis resultados: a aceitação das competências, o robustecimento da capacidade individual, a imposição de uma docência limitada ao desenvolvimento simplista da prática docente, a adaptação ao neoliberalismo, a perda da individualidade e a aglutinação de políticas. Então, sugeriu o enfrentamento da formação por competências com a promoção do diálogo coletivo, para enfraquecer a lógica neoliberal, desmascarar a produtividade e, por consequência, promover a reflexão.

É notável, em vários pontos da obra, que a autora fez provocações por meio de perguntas que levam o leitor à reflexão. A autora tomou por base a formação e atuação profissional docente com maior ênfase na Educação Básica. Mas talvez alguns dos problemas discutidos na obra

estejam mais atrelados à realidade da educação pública e/ou da Educação Básica e sejam diferentes no ensino privado ou no Ensino Superior.

A autora possui o entendimento de que o conceito de competência foi transposto para a educação, entretanto, conforme o trabalho de Mota (2021), essa visão pode estar equivocada, uma vez que o conceito pode ter nascido na educação. E, de modo geral, a autora pareceu tecer vários comentários sobre os problemas de uma educação baseada em competências, todavia discorreu com menos intensidade e discussão sobre as possibilidades e soluções.

## Referências

MOTA, Cristiane Bevilaqua. **O conceito de competência**: origem e aplicações na educação. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba. Sorocaba, 2021. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/producao-discente/dissertacoes/2021/cristiane-bevilaqua-mota.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2021.

- Recebido em: 31 de agosto de 2021
- Aprovado em: 22 de novembro de 2021
- Revisado em: 19 de novembro de 2021